

94 30 MAR 1994 EST
Bancada dos Cidadãos



Interesses corporativos tomaram o lugar dos partidos políticos

Nas democracias é normal e desejável que os grupos sociais e as corporações profissionais busquem se articular para a representação política. Mas, em algum momento de sua redemocratização, o Brasil adquiriu uma espécie de doença infantil, o corporativismo exacerbado, que freqüentemente se torna o fator maior — não o único — de distorção da representatividade parlamentar.

Essa distorção se revela especialmente chocante quando o interesse público é soterrado, sem disfarce, pelo interesse grupal. A chamada "bancada ruralista" se recusava a aprovar a medida provisória do Plano Real, não porque a julgasse prejudicial a seus interesses, muito menos aos interesses do País, mas, sim, porque via na obstrução um instrumento eficaz para obter do governo atendimento à reivindicação absolutamente fora do contexto (do plano) — sem entrarmos em seu mérito. Em dado instante, o líder dessa "bancada" afirmou, em entrevista, que ela estava "liberada" — imitando assim, de maneira perfeita, os líderes oficiais dos partidos.

O episódio bem ilustra o fato de essas "bancadas" — como também a "dos evangélicos", a "das estatais" e tantas outras

mais — terem tomado o lugar dos partidos políticos, reproduzindo um sistema de representação corporativista semelhante à da Itália dos anos 20, tão "democrática" quanto foi o regime de Mussolini...

É evidente que a soma dos interesses específicos das "corporações de ofício" contemporâneas jamais se confundirá com o interesse público. Como, então, reverter essa situação de desequilíbrio

e garantir os direitos do cidadão não corporativizado? Indagamos de antemão: esse cidadão existe mesmo? Será que todo mundo não pertence a um determinado grupo — social, regional, profissional — que, em certas circunstâncias, se pode organizar e buscar legítima representação parlamentar?

Eis aí a meia verdade, pois a imensa maioria dos cidadãos brasileiros está à margem da aglutinação corporativa refletida no Poder Legislativo, até por seu tamanho e dispersão. É difícil, por exemplo, estabelecer a representação específica dos contribuintes, dos autônomos, das donas de casa, dos desempregados, dos pedestres, etc. Estes, e tantos outros, só se enquadram na categoria genérica dos cidadãos, cujas prerrogativas estão cada vez mais sufocadas pelo arsenal imenso de

garantias corporativas, como as consignadas na Constituição "Cidadã" — que parece dispor de preservativo invulnerável a qualquer penetração revisional.

Mesmo prevendo-se uma ampla renovação do Congresso, em torno dos 70%, nada indica que as bancadas corporativas deixem de ter volume e força na próxima legislatura. Mas é possível à sociedade civil brasileira eleger uma boa Bancada dos Cidadãos comuns, preocupada essencialmente com o interesse público e o que em seu nome deve ser produzido na esfera do Legislativo, tal como:

controle rigoroso dos gastos de dinheiro do contribuinte; investimento absolutamente prioritário em educação e qualificação tecnológica dos recursos humanos; retomada do desenvolvimento, geração de empregos, reorganização dos sistemas de saúde pública e da Previdência Social; busca de eficiência e transparência do Poder Judiciário; e tudo o mais que diga respeito ao todo da população ou à grande corporação, mais importante que todas as outras, chamada Brasil.

■ Mauro Chaves é jornalista e escritor

